

25.05.2016 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Instituto de Apoio à Criança (IAC), Melanie Tavares, Coordenadora

Recebida por: Deputadas Maria Manuela Tender (PSD), Coordenadora, Sandra Pontedeira (PS) e Diana Ferreira (PCP)

Assunto: Contributo para uma melhor reflexão sobre as necessidades educativas especiais

A Senhora Deputada Maria Manuela Tender (PSD), que presidiu à reunião, deu a palavra a Melanie Tavares para fazer a sua intervenção inicial, indicando-lhe de seguida a grelha de tempos da audiência, que começou por agradecer a oportunidade concedida para expor as principais preocupações do Instituto de Apoio à Criança sobre o sector das Necessidades Educativas Especiais (NEE) e para apresentar algumas propostas considera primordiais.

Começou por afirmar que o IAC tem a responsabilidade de garantir o respeito pelos direitos das crianças, centrando uma das suas grandes preocupações nas crianças com NEE, e que uma das principais propostas que o IAC gostaria de apresentar ao Grupo de Trabalho têm a ver com a criação de um currículo específico individual (CEI) adaptado às especificidades de cada aluno, e a criação de equipas multidisciplinares (incluindo psicólogos e terapeutas) para trabalharem de casos de insucesso escolar por dificuldades de aprendizagem ligeiras que não se enquadrem na rigidez da tabela de referência CIF. Disse também que se torna necessário definir diretrizes específicas para a elaboração das provas finais e exames, de forma a prevenir situações de interpretação diferentes que não tenham em atenção a individualidade das dificuldades de cada aluno, e critérios específicos para a redução das turmas, sem margem para que cada agrupamento defina as suas próprias prioridades. O IAC defende ainda a possibilidade de desenhar projetos «especiais» para turmas com especificidades, como os



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

casos de Currículos Alternativos (de forma a que possam ser inseridas as atividades específicas na plataforma), e a obrigatoriedade de cada Agrupamento criar as suas próprias respostas de acordo com as necessidades.

Nesse sentido, referiu que eram recomendações do IAC a criação de uma especialização para a «intervenção precoce», como já existe, por exemplo, na área da surdez, e a obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino particulares e cooperativos possuírem nos seus quadros professores de educação especial.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) sublinhou nunca ser demais sinalizar as dificuldades e os problemas que se vivem nas escolas com as crianças com NEE, que, com a degradação registada nos últimos anos, não têm um número de técnicos adequado às suas necessidades, quer sejam professores e técnicos de educação especial, quer sejam psicólogos, terapeutas ocupacionais e da fala e fisioterapeutas.

Referiu igualmente que recentemente o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projeto de resolução sobre o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano, solicitando ao Governo um levantamento de todas as necessidades das crianças nos vários ciclos de ensino para que depois se possa apurar o número de profissionais existentes nesta área e aferidas as respetivas necessidades.

Sinalizou também a necessidade de as famílias estarem mais próximas, de poderem acompanhar todo o processo educativo dos alunos com necessidades educativas especiais, lembrando haver aqui um fator influenciador deste fenómeno e que se prende com a desregulação dos horários de trabalho. Disse que os pais têm horários completamente desfasados de um acompanhamento familiar de proximidade e nem sequer têm condições de conseguir sair mais cedo dos seus trabalhos.

Por último, referiu que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na XII Legislatura uma iniciativa legislativa relativa à criação dos Gabinetes Pedagógicos de Integração Escolar em cada escola, ou em cada agrupamento, tendo como objetivo central a promoção de um ambiente escolar saudável e estimulante, que crie as condições para um efetivo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

acompanhamento na aplicação das medidas corretivas e que articule com toda a comunidade escolar as respostas necessárias para a supressão de hábitos ou comportamentos desadequados ou prejudiciais ao ambiente escolar, envolvendo todos aqueles que fazem parte da comunidade educativa, tais como psicólogos, animadores socioculturais, assistentes social e professores. Nesse sentido, perguntou à representante da IAC se essa iniciativa, por exemplo, poderia dar um contributo para resolver uma série de problemas existentes nas escolas.

A Senhora Deputada Sandra Pontedeira (PS) referiu que o contributo dado pela representante do IAC era importante para aquilo que no futuro possa vir a ser uma legislação reguladora desta área.

O Grupo Parlamentar do PS tem conhecimento de que o Instituto tem tido uma voz ativa na defesa dos direitos das crianças com necessidades educativas especiais. A Assembleia da República tem o dever de apelar à participação de todos e é extremamente importante ouvir todos aqueles que trabalham no terreno. É um ato de cidadania fazê-lo e um dever de toda a sociedade.

Disse também que Grupo Parlamentar do PS pugna pela escola para todos e por uma escola inclusiva que a todos acolha e uma escola que não segregue. Urge fazer um diagnóstico sobre todos os problemas existentes e abordar e discutir as dificuldades sentidas, tendo em conta as diversas realidades existentes no País.

Concluiu a sua intervenção afirmando que há alguns erros que têm de ser corrigidos, retificar aquilo que não está bem, reforçar o apoio à escola inclusiva e dar cumprimento aos seus princípios. Acredita que a Assembleia da República tem disponibilidade para fazer tudo o que estiver ao seu alcance para defender a escola inclusiva e tudo fará para corrigir aquilo que não está bem. E o mais importante do que tudo é que existe vontade de haver um amplo consenso nesta matéria.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) começou por agradecer a análise extensa feita pela representante do IAC e disse que tem acompanhado o trabalho do Instituto mas em outras vertentes.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Relativamente às NEE, disse ser possível à Comissão de Educação e Ciência desenvolver um trabalho conjunto e alcançar uma série de consensos e que o Grupo de Trabalho de Ensino Especial tem sido um bom exemplo disso, despartidarizando as questões e analisando as diferentes perspetivas. Referiu que, apesar de tudo, o Grupo de Trabalho tem conseguido levar a bom porto algumas iniciativas, travar um diálogo muito positivo e realizado algumas visitas a escolas/agrupamentos, onde tiveram lugar debates extremamente enriquecedores. Sem prejuízo das iniciativas próprias de cada Grupo Parlamentar, tem a esperança de possam ser elaboradas algumas iniciativas conjuntas, sinalizando, assim, o amplo consenso para tentar encontrar uma resposta para os problemas mais prementes. Disse haver um longo caminho a fazer em matéria de NEE e uma panóplia muito alargada de situações familiares muito complexas e que se prendem com várias áreas, designadamente com a saúde e segurança social.

Concluiu afirmando que, embora não sendo possível dar uma resposta cabal a todas as questões, há já uma boa base de trabalho, sendo crucial proceder à recolha dos contributos daqueles que se encontram no terreno e que conhecem bem as diversas realidades existentes. Para que depois seja possível construir respostas.

Melanie Tavares respondeu às questões colocadas, falou de novo da defesa do interesse superior das crianças e da constante alteração das regras de jogo, com consequências graves para todos; da necessidade de se contruir uma política com futuro e da incapacidade de criar projetos específicos para os alunos com NEE; da autonomia dos agrupamentos, dependente da sensibilidade e da vontade de cada um; da dificuldade sentida pelas famílias em acompanhar os projetos educativos das crianças com NEE; e também da falha existente na relação entre a escola e a família.

A audiência pode ser consultada na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 25 de maio de 2016



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A assessora

Maria Mesquitela